

BOLETIM DE INDICADORES ECONÔMICOS

Janeiro de 2022

Número 03

SEBRAE



MERCADO DE TRABALHO

Teletrabalho

Por Adrimauro Gemaque

Sobre o Boletim de Indicadores Econômicos

A série **BOLETIM DE INDICADORES ECONÔMICOS**, nasceu em função do conjunto de ações para promover as mudanças de atuação, métodos, instrumentos e práticas de gestão de organização que estão sendo adotadas pelo Sebrae-AP. A grande ênfase será à avaliação e monitoramento dos projetos, dos ambientes externo e interno, de modo a permitir tomada de decisões do Conselho Deliberativo Estadual – CDE, Diretoria Executiva, Diretoria Executiva – DIREX e gerentes das unidades de negócio e apoio, a fim de que sejam mais assertivas. O objetivo do documento é, portanto, o de disponibilizar dados, informações e análises sucintas do cenário econômico do Amapá para que possam auxiliar nas ações de planejamento e tomadas de decisão.

Nesta Edição

Nesta terceira edição em 2022, o **BOLETIM DE INDICADORES ECONÔMICOS**, inicialmente traz o Panorama Econômico, com dados do Banco Central. Está dividido em duas partes, Na Parte I – Indicadores da Economia: Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI), e Na Parte II – Mercado de Trabalho (Teletrabalho).

SOBRE O SEBRAE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amapá é uma entidade privada sem fins lucrativos, agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios.

VALORES

Resultados sustentáveis; empatia; ética; simplicidade; inovação; valorização humana; cooperação.

PROPÓSITO

Transformar os pequenos negócios em protagonistas do desenvolvimento sustentável do Brasil.

VISÃO DE FUTURO

Ser referência na promoção do empreendedorismo e na geração de valor para os pequenos negócios.

GESTORES

LUIZ IRAÇU GUIMARÃES COLARES - Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

WALDEIR GARCIA RIBEIRO - Diretor Superintendente

MARCIANE COSTA DO ESPÍRITO SANTO - Diretora Técnica

MARCELL HOUAT HARB - Diretor de Administração e Finanças



0800 570 0800



+55 800 570 0800



<https://www.sebrae.com.br>

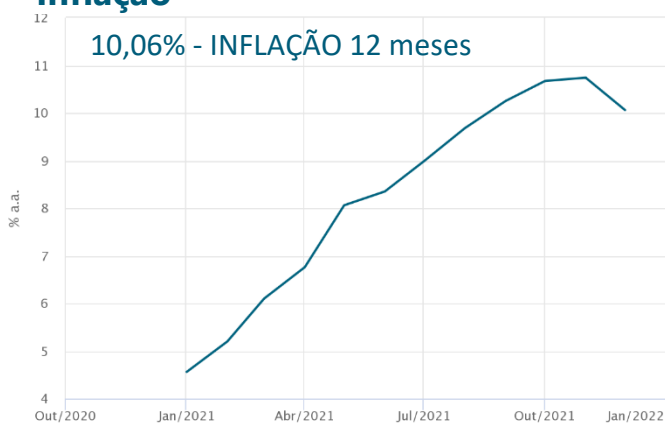
INDICADORES ECONÔMICOS

Parte 1

PANORAMA ECONÔMICO

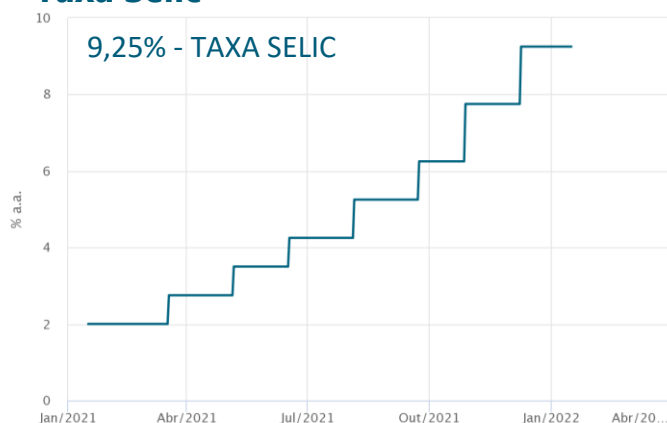
Meta Intervalo de tolerância - 3,5% ± 1,5 p.p. - Reunião do Copom 08/12/2021

Inflação



Fonte: Banco Central do Brasil [link \(https://www.bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br)

Taxa Selic

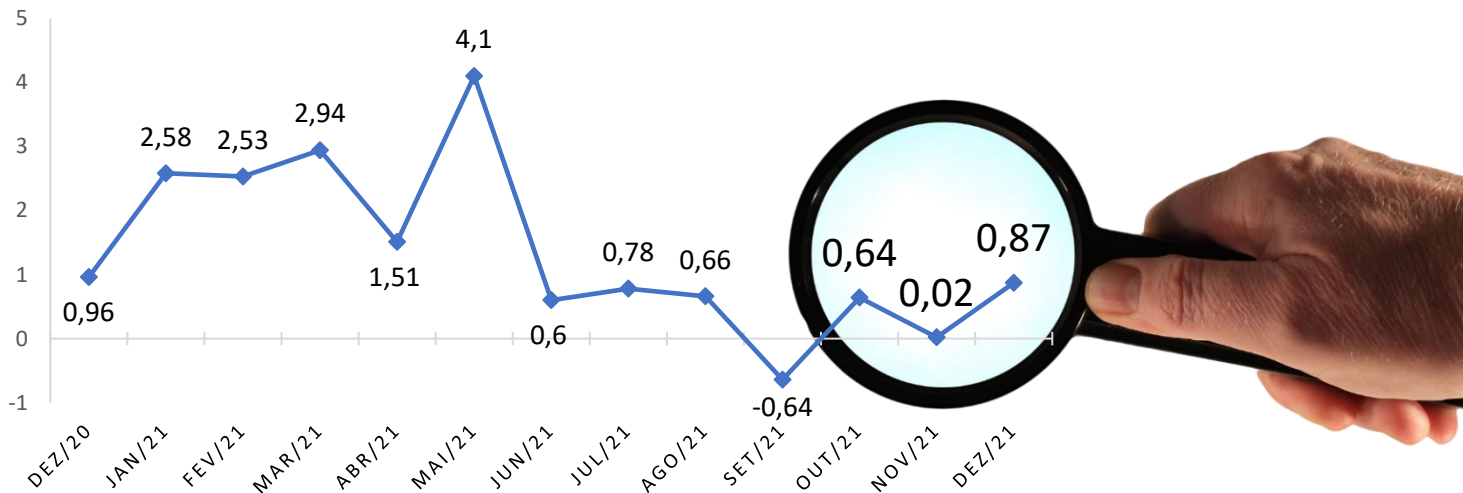


1 - Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M)

IGP-M, subiu 0,87% em dezembro, após variar 0,02% no mês anterior. Entre janeiro e dezembro de 2021, o índice acumulou alta de 17,78%. Em dezembro de 2020, o índice havia subido 0,96% e acumulava alta de 23,14% em 12 meses.

A maior contribuição para o resultado do IGP-M de dezembro partiu do índice ao produtor. O resultado deste mês foi influenciado pela aceleração dos preços de bovinos (11,69%), reflexo da demanda doméstica e da retomada das exportações e, pela aceleração dos preços de safras afetadas por geadas e seca, como café (12,52%) e cana-de-açúcar (2,83%), de acordo com a FGV/IBRE.

EVOLUÇÃO DO IGP-M



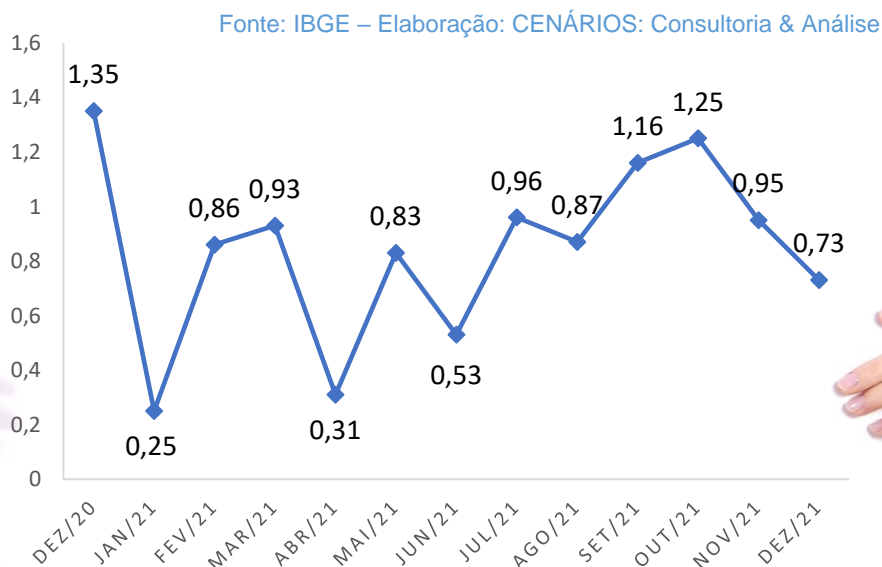
Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

2 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dezembro/2021)

O ano de 2021, fechou com o IPCA com alta de 0,73% em dezembro registrando assim uma inflação de 10,06%. Essa é a maior taxa acumulada no ano desde 2015, quando foi de 10,67%, e extrapolou a meta de 3,75% definida pelo Conselho Monetário Nacional para 2021, cujo teto era de 5,25%.

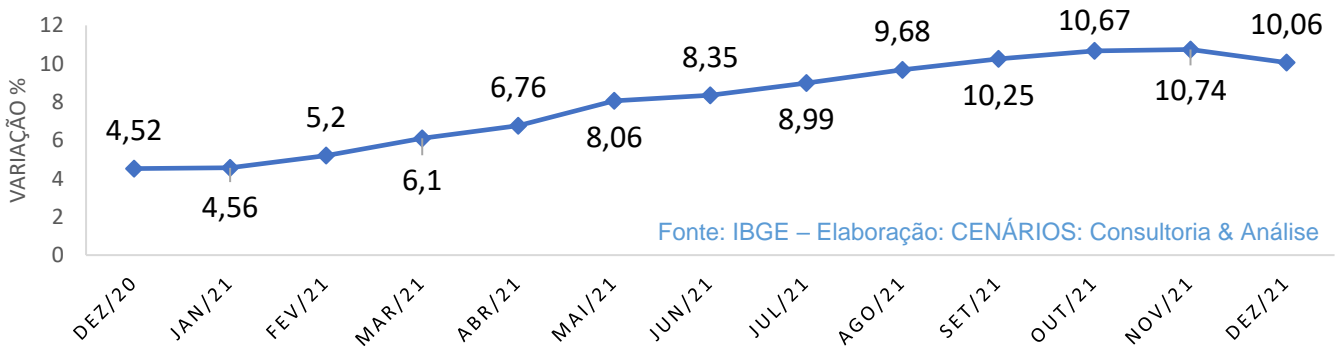
O resultado de 2021 foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que apresentou a maior variação (21,03%) e o maior impacto (4,19 p.p.) no acumulado do ano. Em seguida vieram Habitação (13,05%), que contribuiu com 2,05 p.p., e Alimentação e bebidas (7,94%), com impacto de 1,68 p.p. Juntos, os três grupos responderam por cerca de 79% do IPCA de 2021, de acordo com o IBGE.

IPCA – Mês e 12 meses (dezembro/2021)

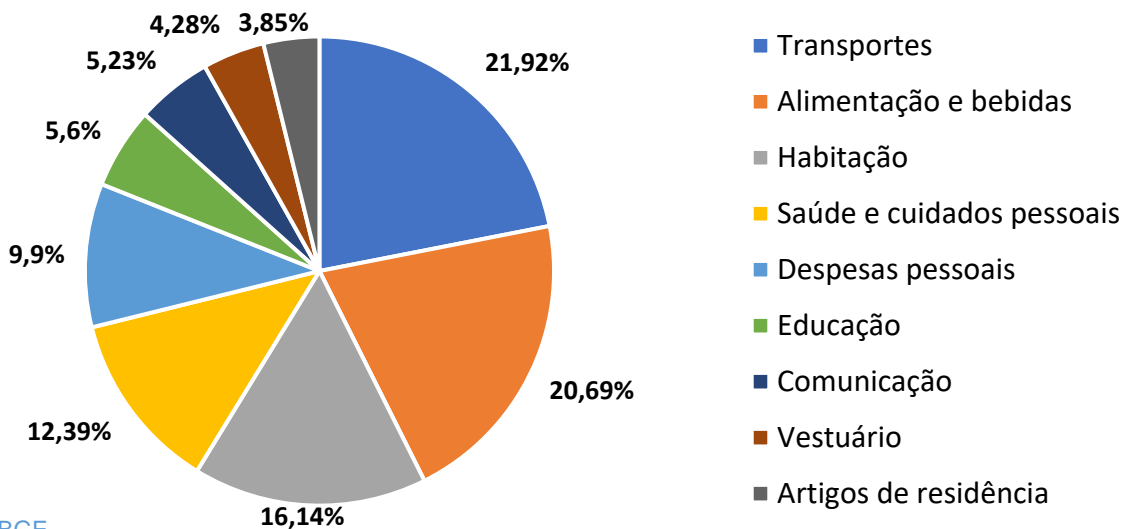


INDICADORES ECONÔMICOS

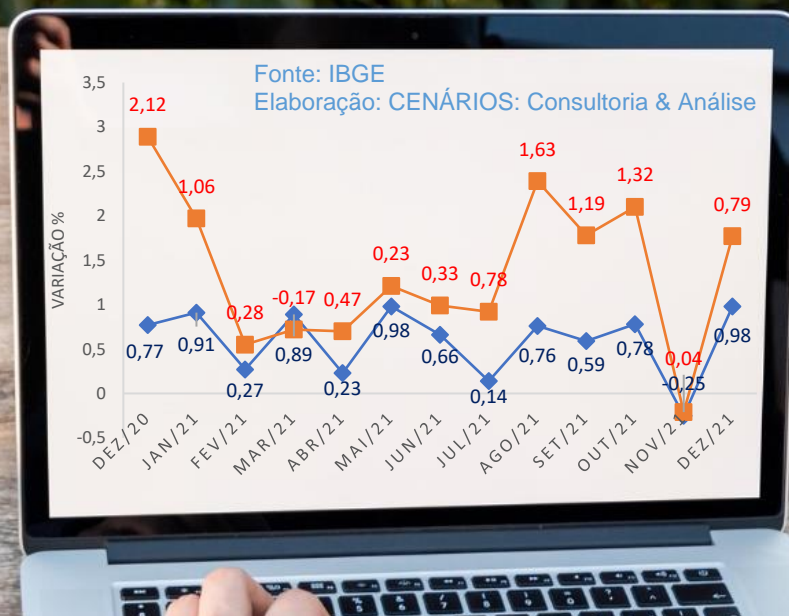
IPCA – Mês e 12 meses (dezembro/2021)



IPCA – Peso dos Grupos (dezembro/2021)



IPCA – Alimentação no domicílio e fora – mensal



3 - Pesquisa Mensal do Comércio

PMC (novembro /2021)

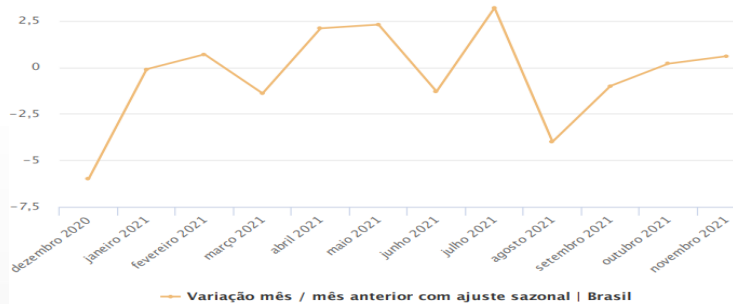
A PMC, divulgada em 14/01/22 pelo IBGE apontou que as vendas do comércio varejista no país cresceram 0,6% em novembro, na comparação com o mês anterior (0,2%). Mesmo com o avanço, mais da metade das atividades tiveram resultado negativo no período. No ano, o varejo acumula alta de 1,9% e nos últimos doze meses, também crescimento de 1,9%.

Sete das oito atividades tiveram taxas negativas na comparação interanual

O comércio varejista recuou 4,2% em novembro, na comparação com o mesmo mês de 2020. Sete das oito atividades investigadas tiveram taxas negativas, com destaque para móveis e eletrodomésticos (-21,5%), combustíveis e lubrificantes (-7,1%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,6%) e tecidos, vestuário e calçados (-4,4%).



Volume de vendas no comércio varejista (%)



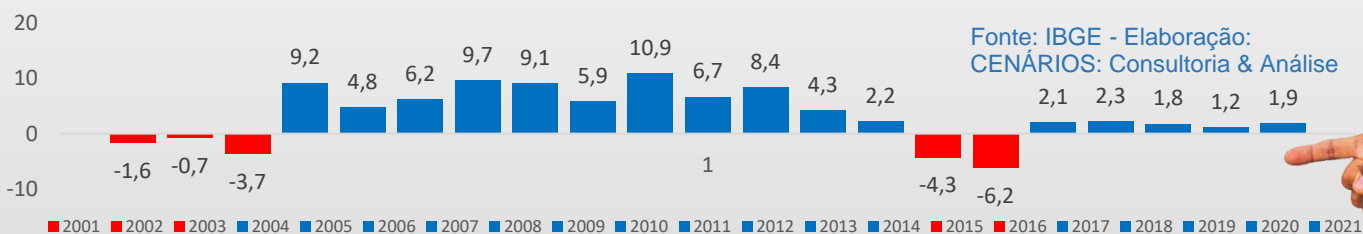
Vendas recuam em 14 unidades da federação

Ainda segundo o IBGE, de outubro a novembro de 2021, o comércio varejista teve resultados negativos em 14 das 27 unidades da federação, com destaque para Paraíba (-3,1%), Piauí (-3,0%) e Bahia (-2,8%).

Por outro lado, no campo positivo, estão 13 UFs, sendo as principais Roraima (3,7%), Rio de Janeiro (2,8%) e Distrito Federal (2,7%). No comércio varejista ampliado, também 14 UFs tiveram taxas negativas. As mais intensas foram na Paraíba (-6,8%), Tocantins (-6,1%) e Alagoas (-5,1%). Já pressionando positivamente, figuram 12 unidades da federação, com destaque para Rio de Janeiro (2,1%), Amazonas (1,9%) e Rondônia (1,7%). O Amapá ficou estável (0,0%).

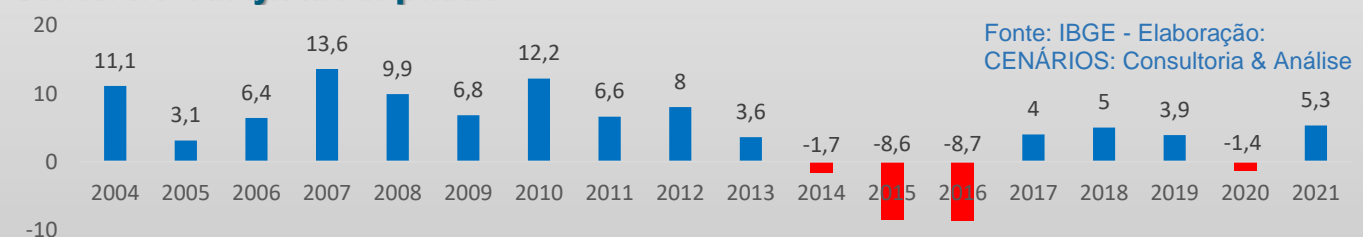
Volume de Vendas do Comércio Varejista e Ampliado

Comércio Varejista



Fonte: IBGE - Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

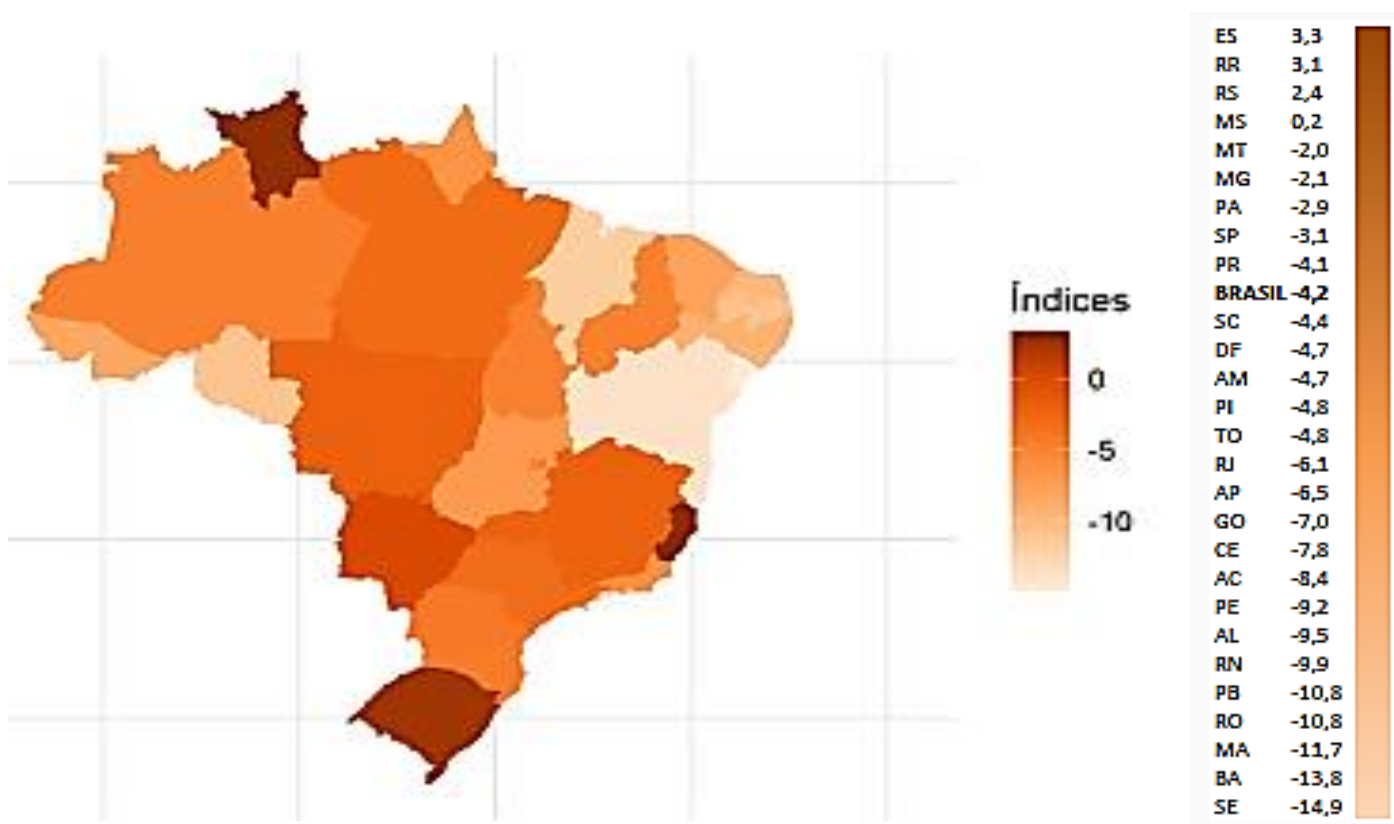
Comércio Varejista Ampliado



Fonte: IBGE - Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

Volume de Vendas do Comércio Varejista

Índices Interanuais do Comércio Varejista por UF (base: igual mês do ano anterior) Comparação
Novembro de 2021/Novembro de 2020

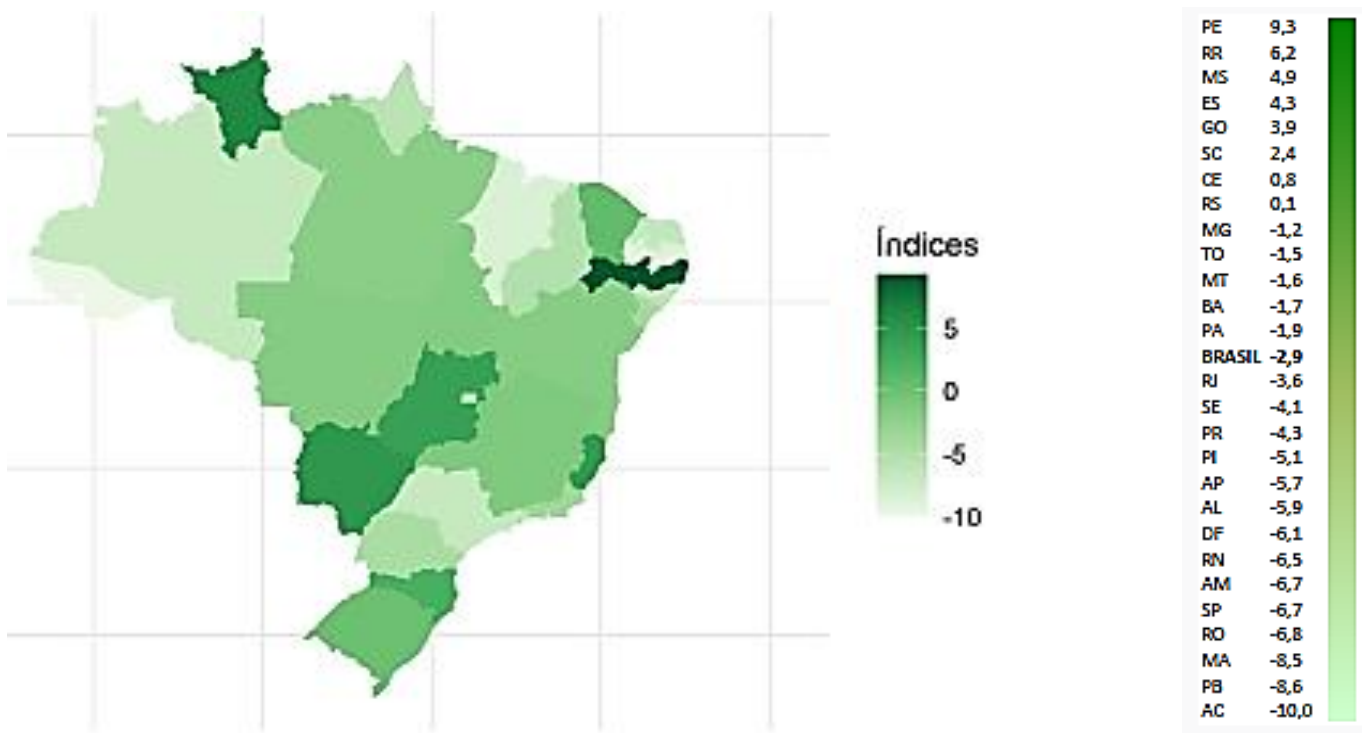


Fonte e Elaboração: IBGE



Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado

Índices Interanuais do Comércio Varejista Ampliado por UF (base: igual mês do ano anterior)
Comparação Novembro de 2021/Novembro de 2020



4 - índice de Confiança do empresário do Comércio (Icec) – (dezembro/2021)

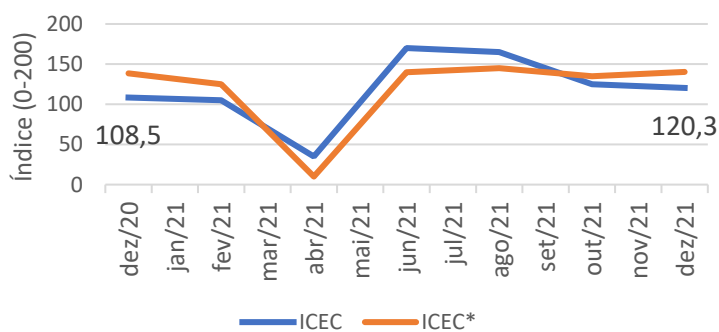
O Icec, depois de três quedas mensais seguidas, que mede a confiança dos empresários do comércio voltou a crescer no fechamento do ano. A alta de 0,3% em dezembro mostra o sentimento empresarial acerca da formação de expectativas favoráveis (+1,2%), bem como das intenções de investimento (+1,4%). A confiança só não subiu mais porque os dados da economia se revelam hoje difíceis, segundo a CNC.

Esse panorama é apresentado pelos números da pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em todas as capitais do País mais o Distrito Federal, com o intuito de levantar o nível de confiança do comerciante. Dessa forma, manteve-se na zona de satisfação ao descrever trajetória de estabilidade após as diminuições havidas entre setembro e novembro. Com 120,3 pontos, a confiança chegou quase no mesmo degrau de abril do ano passado, quando depois passou a retrair-se em virtude das medidas restritivas contra a covid-19 e a instalação da crise sanitária e recessiva.

Região	Dez/21	Variação Mensal*	Variação Anual
Norte	125,7	+ 0,6%	+ 4,7%
Nordeste	119,7	+ 0,0%	+ 5,9%
Centro-Oeste	123,7	- 0,9%	+ 9,3%
Sudeste	117,7	+ 1,4%	+ 15,1%
Sul	124,3	- 1,5%	+ 12,6%
Nacional	120,3	+ 0,3%	+ 10,9%

Icec

Indicador Nacional



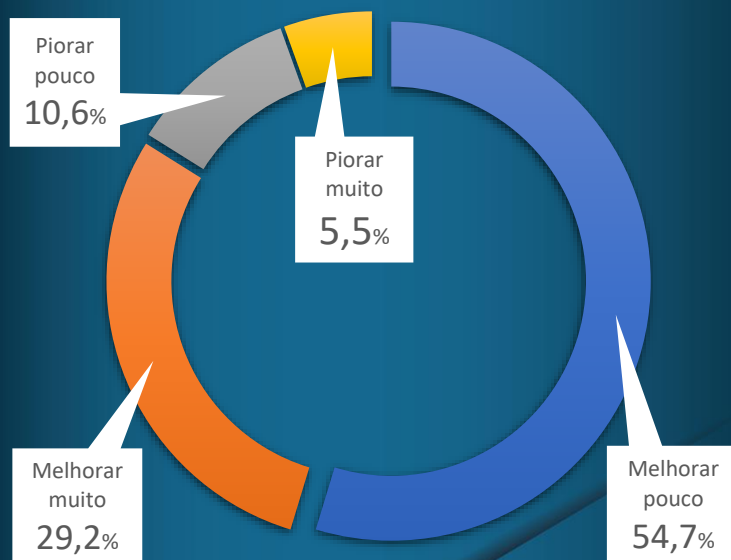
Fonte: CNC - Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

Confiança Regional

A desagregação do Icec dispersa o aumento da confiança entre as regiões. Enquanto o Nordeste mantém o nível de novembro, mostrando indiferença na comparação entre dezembro e o mês passado (0,0%), Norte (+0,6%) e Sudeste (+1,4%) são as áreas de crescimento, em contrapartida ao Centro-Oeste (-0,9%) e Sul (-1,5%). Muito provavelmente entre as regiões, o comportamento dos preços, as condições climáticas e expectativas quanto à demanda neste fim de ano influenciaram desigualmente as opiniões dos empresários do comércio pelo País.

Expectativa na Economia

O componente relativo às expectativas foi o outro fator do Icec que aumentou (+1,4%). Provavelmente devido à sazonalidade, esse subindicador teve crescimento mais em função das estimativas positivas pautadas no desempenho das empresas como também do setor em que a empresa atua.



Fonte: CNC
Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

5 - Índice Nacional da Construção Civil SINAPI (novembro/2021)

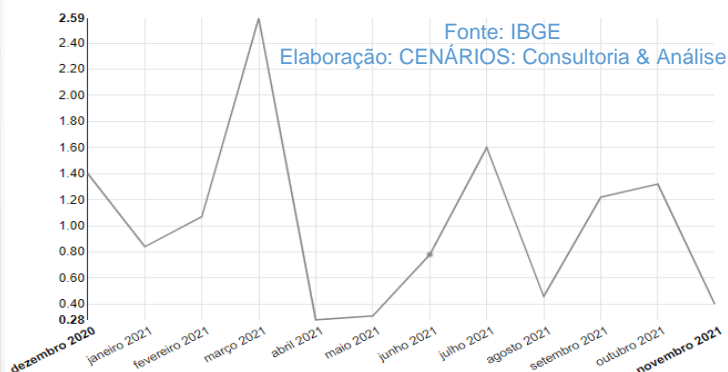
O SINAPI, no mês de novembro foi de 1,07%, mantendo o patamar do mês anterior (1,01%). As taxas apresentaram alta em todas as regiões, sobretudo no Centro-Oeste (1,60%), devido ao aumento na parcela dos materiais e dissídio no Distrito Federal.

O acumulado no ano foi de 18,04%, e, em 12 meses, de 20,33%, pouco abaixo dos 12 meses imediatamente anteriores (21,22%). Em novembro de 2020 o índice foi 1,82%.

O custo nacional da construção, por metro quadrado, passou de R\$ 1.490,88 em outubro para R\$ R\$ 1.506,76 em novembro, sendo R\$ 903,22 relativos aos materiais e R\$ 603,54 à mão de obra.

O SINAPI, criado em 1969, tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.

SINAPI – Custo médio do m² nos últimos 12 meses – variação percentual no Amapá (novembro/2021)



SINAPI – Com desoneração da folha de pagamento (novembro/2021)

Áreas Geográficas	Custo Médio R\$ m ²	Variações Percentuais	
		Mensal	No Ano
Brasil	1.506,76	1,07	18,04
Região Norte	1.494,32	1,29	15,86
Rondônia	1.495,31	1,02	12,27
Acre	1.595,92	1,61	14,13
Amazonas	1.441,68	0,93	13,59
Roraima	1.563,78	4,64	16,69
Pará	1.512,51	1,25	18,87
Amapá	1.411,80	0,40	11,40
Tocantins	1.499,59	1,42	14,72

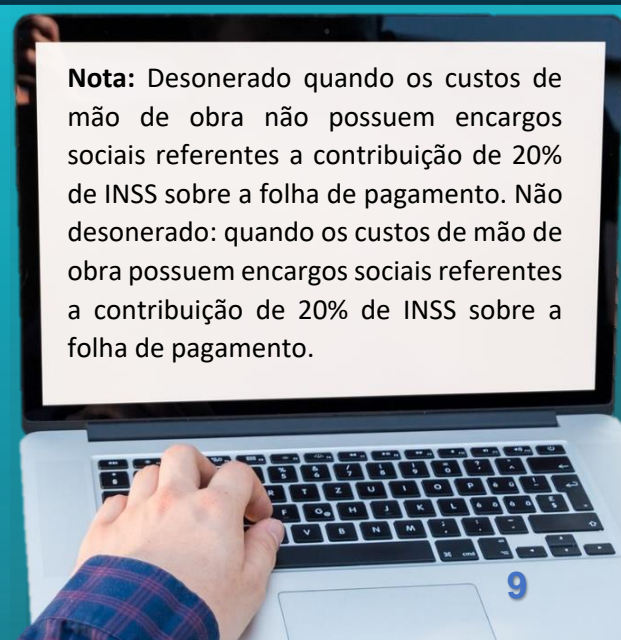
Fonte: IBGE - Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise



SINAPI – Sem a desoneração da folha de pagamento (novembro/2021)

Áreas Geográficas	Custo Médio R\$ m ²	Variações Percentuais	
		Mensal	No Ano
Brasil	1.599,55	1,01	17,33
Região Norte	1.581,44	1,26	15,37
Rondônia	1.586,24	0,96	11,85
Acre	1.687,49	1,53	13,56
Amazonas	1.526,60	0,91	13,28
Roraima	1.663,43	4,92	16,15
Pará	1.599,68	1,19	18,33
Amapá	1.496,12	0,38	11,06
Tocantins	1.581,11	1,35	13,83

Fonte: IBGE - Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise



Nota: Desonerado quando os custos de mão de obra não possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento. Não desonerado: quando os custos de mão de obra possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento.

6 - Índice de Preços ao Consumidor – IPC

A pesquisa IPC Macapá tem como objetivo acompanhar a variação de preços mensais de produtos e serviços da capital do Estado. Como indicadores são gerados: Índice de Preço ao Consumidor (IPC), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Cesta Básica Oficial e Cesta Básica Regional.

Índice de Preço ao Consumidor (IPC) - Mede a variação de preços médios de produtos e serviços que compõem o consumo das famílias com renda de 1 a 6 salários mínimos.

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Mede a variação de preços médios de produtos e serviços que compõem o consumo das famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos.

Cesta Básica Oficial - Acompanha os preços de produtos e serviços de uma cesta de alimentos com 12 produtos para uma pessoa que recebe 1 salário mínimo.

Cesta Básica Regional - Acompanha os preços de produtos e serviços de uma cesta com três subgrupos (Alimentos, Higiene e limpeza e Artigo de limpeza e manutenção) para uma família com 05 integrantes, com renda de 06 salários mínimos.

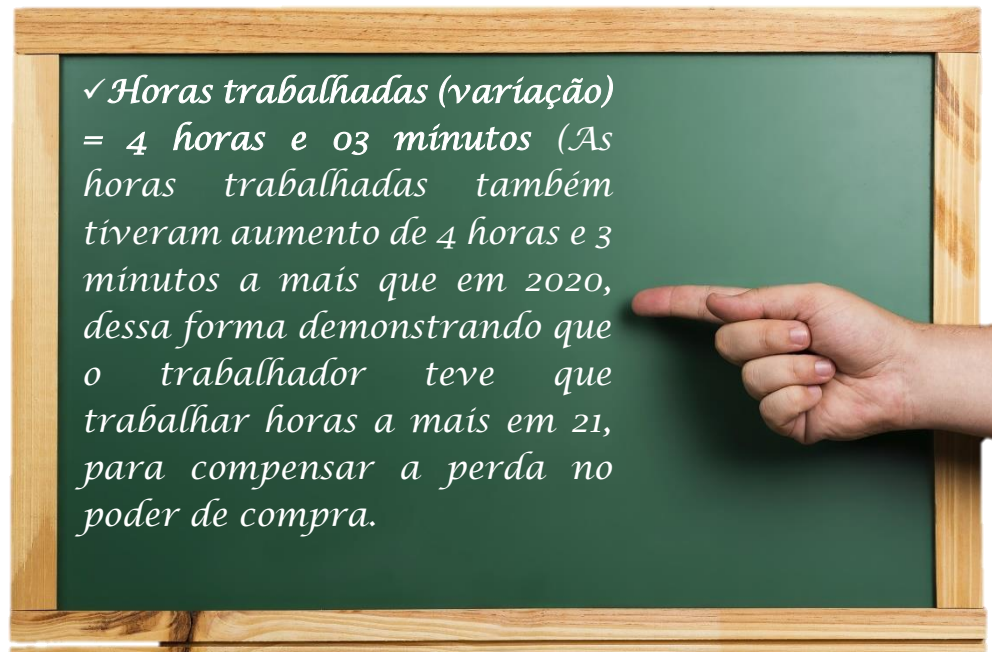
SÍNTESE DAS CESTAS BÁSICAS: OFICIAL E REGIONAL

CESTA BÁSICA OFICIAL DE MACAPÁ - DEZEMBRO/2021 EM RELAÇÃO À 2020							
GRUPOS	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MENSAL	dez/21		dez/20		VARIÇÃO% DO CUSTO
			PREÇO MÉDIO	CUSTO TOTAL	PREÇO MÉDIO	CUSTO TOTAL	
Arroz Polido	Kg	3,60	4,22	15,19	4,45	16,02	-5,17
Feijão jalo	Kg	4,50	7,41	33,35	7,03	31,64	5,41
Farinha de mandioca	Kg	3,00	4,72	14,16	5,18	15,54	-8,88
Tomate	Kg	12,00	8,49	101,88	7,01	84,12	21,11
Banana	Kg	7,50	4,81	36,08	5,32	39,90	-9,59
Alcatra	Kg	4,50	46,04	207,18	43,99	197,96	4,66
Leite caixa	L	6,00	5,47	32,82	5,42	32,52	0,92
Manteiga	Kg	0,75	29,05	21,79	31,81	23,86	-8,68
Pão francês	kg	6,00	11,39	68,34	9,50	57,00	19,89
Óleo de cozinha	Um	0,75	10,02	7,52	7,58	5,69	32,19
Café moído	Kg	0,30	6,21	1,86	15,72	4,72	-60,50
Açúcar	Kg	3,00	3,81	11,43	2,86	8,58	33,22
Custo da Cesta	R\$			R\$ 551,59		R\$ 517,53	6,58
Gasto salarial%	%			50,14%		49,52%	0,62%
S.M. em JAN/21	R\$			R\$ 1.100,00		R\$ 1.045,00	55,00
Hora trabalhada	Hr			110,32		108,95	-
				110,32		109,35	1,37

Fonte e Elaboração: SEPLAN/COPESEF

INDICADORES ECONÔMICOS

- ✓ **Custo da cesta (variação) = 13,33%** (aumento % em relação à 2020);
- ✓ **Participação (variação) = 2,02%** (aumento % em relação à 2020);
- ✓ **06 salários mínimos (variação) = R\$ 330,00 reais;**
- ✓ **Salário mínimo (variação) = R\$ 55,00** (aumento anual em relação ao ano anterior);



Cesta Regional de Macapá			
Variações	dez/21	dez/20	Diferença
Custo da Cesta (variação de dezembro de 21/20).	R\$ 1.869,42	R\$ 1.649,60	219,82
Participação (variação de dezembro de 21/20).	28,32%	26,31%	2,01%
Hora Trabalhada (variação de dezembro de 21/20).	62,31	58,28	4,03
Variação de Custo (variação de dezembro de 21/20).	13,33	4,88	8,45

Fonte e Elaboração: SEPLAN/COPESEF



De acordo com a SEPLAN-AP, entraram no cálculo 38 itens da cesta básica do amapaense. Entre os produtos que apresentaram alta de preço em comparação a 2020 está a macaxeira em primeiro lugar, com variação de 72%, seguido pelo alho com 59%, o peixe dourada 45%, a farinha de trigo e o açúcar, com 41% e 33%, respectivamente.


Fonte e Elaboração: SEPLAN/COPESEF



MERCADO DE TRABALHO (TELETRABALHO)

Parte 2

Também chamado de **TELETRABALHO** e home office, o trabalho remoto consiste em fazer atividades profissionais à distância, usando a tecnologia para realizar as tarefas e se conectar com os colegas. É cada vez mais comum que os trabalhadores (e as empresas) optem pelo trabalho remoto, não só pela praticidade, como pela economia de recursos. Uma outra vantagem é permitir a flexibilização dos horários de trabalho, valor que tem sido cada vez mais buscado pelos trabalhadores em todo o mundo (TUTUDA, 2021).



De acordo com o IBGE, em 2018 eram 3,8 milhões de brasileiros trabalhavam dentro de casa, o chamado home office. Tratava-se do maior contingente de pessoas nesta condição de trabalho já registrado – resultado da alta informalidade no país. Ainda segundo o IBGE, o home office correspondia a 5,2% do total de trabalhadores ocupados no país, excluídos da conta os empregados no setor público e os trabalhadores domésticos. Vale destacar que foi antes da pandemia.

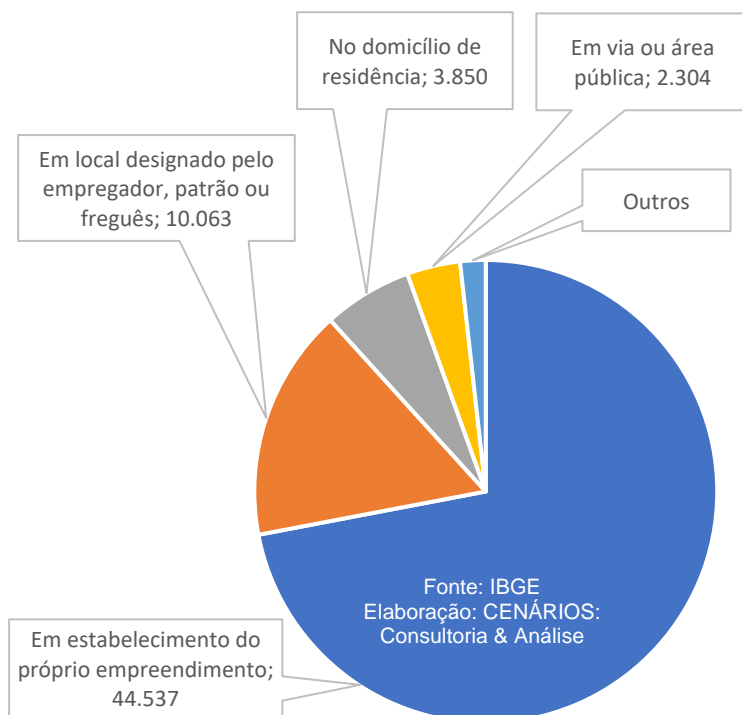
MERCADO DE TRABALHO

(TELETRABALHO)

Locais de trabalho em 2018

No Brasil, o distanciamento social foi uma das primeiras medidas adotadas para a redução de disseminação da covid-19. Se, por um lado, essa medida diminuiu a circulação de pessoas reduzindo, assim, a probabilidade do contágio, por outro, reduz a atividade econômica e impacta a atuação das pessoas no mercado de trabalho (Ipea). Segundo o estudo (Ipea), em 2020 a população ocupada correspondia a 83 milhões de pessoas. Desses, 74 milhões (88,9%) continuaram a trabalhar normalmente, mesmo com a situação de pandemia, enquanto 9,2 (11,1%) milhões foram afastados, dos quais 6,5 milhões devido as medidas de distanciamento social e 2,7 milhões por outras razões. Por sua vez, 8,2 milhões de pessoas que seguiram trabalhando durante a pandemia da Covid-19 exerceram sua atividade laboral de forma remota. Equivalendo a 11% da população ocupada e não afastada.

Em milhares de trabalhadores



Um panorama do trabalho remoto no Brasil e nos estados brasileiros durante a pandemia da covid-19

Estudo do Ipea, publicado em setembro de 2021 denominado de “Um panorama do trabalho remoto no Brasil e nos estados brasileiros durante a pandemia da covid-19”, investigou o trabalho remoto potencial e efetivo no Brasil em 2020. Utilizando as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID19), do IBGE.

Com o início da crise sanitária provocada pela covid-19, medidas de distanciamento social foram tomadas em larga escala e globalmente. Consequência imediata disso foi a diminuição da atividade econômica em todo o mundo. Invariavelmente o mercado de trabalho começou a sofrer os efeitos dessas medidas. Para uma parcela da população, ocupada em afazeres específicos, foi possível continuar exercendo suas atividades laborais de forma remota (Ipea).

MERCADO DE TRABALHO (TELETRABALHO)

Pessoas ocupadas no país na pandemia de Covid-19 (2020)

Categorias	Média da pandemia em 2020 (em milhões)	Percentual (%)
PESSOAS OCUPADAS	83,315	-
• Pessoas ocupadas não afetadas	74,082	88,9
➤ Pessoas ocupadas exercendo atividade de maneira remota	8,170	11,0
PESSOAS AFASTADAS	9,233	11,1
➤ Pessoas afastadas devido ao distanciamento social	6,557	71,0
➤ Pessoas afastadas por outras razões	2,676	29,0

Fonte: IBGE - Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

Como demonstrado, em 2018 eram 3,8 milhões de brasileiros trabalhavam dentro de casa, o que correspondia a 5,2% do total de trabalhadores ocupados no país. Em 2020, com a pandemia este número saltou 8,2 milhões representando 11% da população ocupada e não afastada.

MERCADO DE TRABALHO

(TELETRABALHO)

Pessoas ocupadas no país na pandemia de Covid-19 (2020)

Fonte: IBGE
Elaboração: CENÁRIOS:
Consultoria & Análise

	Potencial de pessoas em teletrabalho	Ranking do teletrabalho potencial	Ranking – PIB per capita	Potencial de teletrabalho (%)
Brasil	20.889.687	-	-	22.7
Acre	55.686	17	22	19.0
Alagoas	182.735	22	24	18.2
Amapá	61.524	16	16	19.1
Amazonas	288.905	23	14	17.7
Bahia	1.057.602	20	21	18.6
Ceará	678.710	18	23	18.8
Distrito Federal	450.424	1	1	31.6
Espírito Santo	412.936	7	10	21.8
Goiás	676.624	11	9	20.4
Maranhão	386.388	24	27	17.5
Mato Grosso	310.227	21	5	18.5
Mato Grosso do Sul	261.999	13	8	20.3
Minas Gerais	2.012.468	12	11	20.4
Pará	554.655	26	18	16.0
Paraíba	282.133	14	25	19.8
Paraná	1.286.367	5	7	23.3
Pernambuco	654.613	19	17	18.8
Piauí	192.657	27	26	15.6
Rio de Janeiro	2.009.689	3	3	26.7
Rio Grande do Norte	272.011	10	19	20.9
Rio Grande do Sul	1.289.754	6	6	23.1
Rondônia	134.854	25	12	16.7
Roraima	44.571	8	13	21.1
Santa Catarina	854.848	4	4	23.8
São Paulo	6.167.672	2	2	27.7
Sergipe	175.446	15	20	19.4
Tocantins	134.190	9	15	21.0

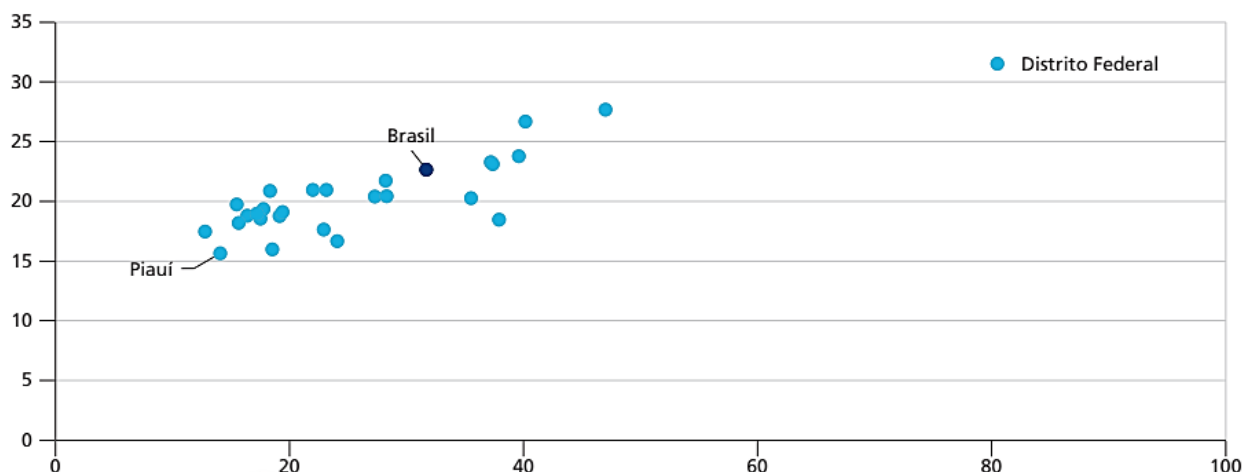
Nota: Foram calculados os percentuais de pessoas passíveis de trabalharem de forma remota em cada UF, com base na variável de ocupação do indivíduo e da variável UF, ambas da PNAD Contínua. Somado a isso, foi estimado o produto interno bruto (PIB) *per capita* de cada UF, com base no PIB regional divulgado pelo IBGE para o ano de 2017, o mais recente disponível no momento de elaboração deste texto, e na estimativa de população para o mesmo ano.

MERCADO DE TRABALHO

(TELETRABALHO)

O estudo do Ipea, destaca que o Brasil, pelas características de seu mercado de trabalho, possuía, na média, um percentual de pessoas em potencial de teletrabalho de cerca de 22,7%, que corresponde a 20,8 milhões de pessoas. Nota-se, então, que o Distrito Federal apresenta o maior percentual de teletrabalho (31,6%) em torno de 450 mil pessoas. O estado do Piauí é o que apresenta o menor percentual em teletrabalho (15,6%), ou seja, em torno de 192 mil pessoas poderiam potencialmente estar em teletrabalho (Ipea).

Teletrabalho potencial (%) pelo PIB per capita (R\$ 1 mil)



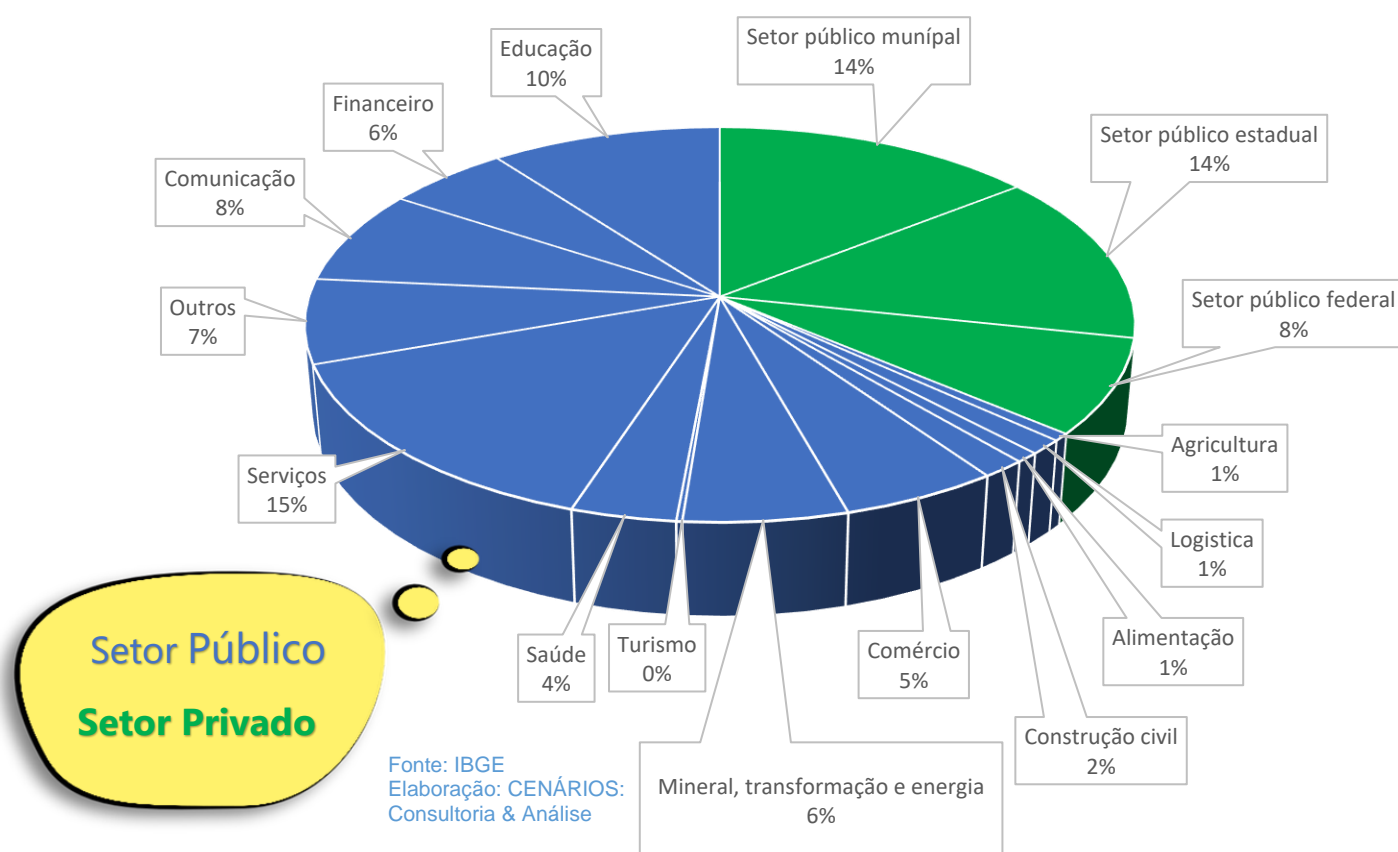
Fonte: PNAD Contínua primeiro trimestre de 2020 e PNAD Covid-19
Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

Nota: O estudo relacionou o trabalho remoto potencial com o PIB per capita nas UFs do Brasil.

Muito embora, as maiorias das pessoas que estavam exercendo suas atividades de forma remota eram do setor privado, não se pode menosprezar a grande participação do setor público. Dito isso, o estudo do Ipea lançou uma luz sobre quais atividades estão sendo exercidas com mais intensidade de forma remota. Os resultados médios referem-se ao período de maio a novembro de 2020.

MERCADO DE TRABALHO (TELETRABALHO)

Distribuição das pessoas em trabalho remoto conforme a atividade laboral na pandemia de Covid-19 (2020)

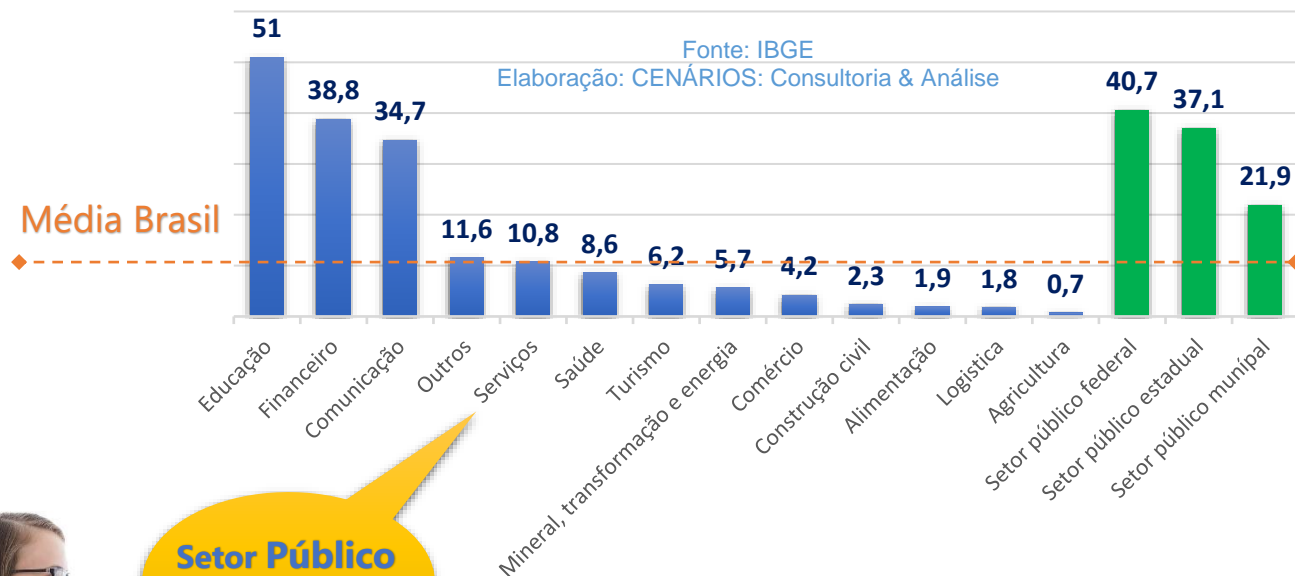


Um panorama do trabalho remoto no Brasil e nos estados brasileiros durante a pandemia da covid-19

Uma outra vertente do estudo foi o total de pessoas ocupadas em cada uma das atividades em trabalho. Foi levantado o percentual de pessoas por atividade representando um alinhamento horizontal de 11%. Entre as atividades do setor privado, chama a atenção as atividades de educação, financeira e comunicação, com, respectivamente, 51,0%, 38,8% e 34,7% das pessoas ocupadas em cada atividade atuando de forma remota. Em outras palavras, de todas as pessoas que estão em trabalho remoto no país, 10,3% exercem atividade de educação privada. Isso é equivalente a quase a metade (51%) de todas as pessoas que trabalham na atividade de educação privada.

MERCADO DE TRABALHO (TELETRABALHO)

Distribuição das pessoas em trabalho remoto conforme a atividade laboral na pandemia de Covid-19 (2020)



Setor Público
Setor Privado

O estudo ao focar no setor identificou que 40,7% das pessoas empregadas no setor público federal estão em trabalho remoto. Na esfera estadual, percebe-se que 37,1% das pessoas empregadas estão trabalhando de forma remota, enquanto na esfera municipal esse percentual é de 21,9%.

Distribuição das pessoas em trabalho remoto no setor público consolidado por ocupação na pandemia de Covid-19 (2020)

Ocupações	Média da pandemia em 2020 (em milhões)	Percentual (%)
Profissional de ensino	1,527	52,2
Demais	0,456	15,6
Outras profissões com escolaridade de nível superior	0,307	10,5
Auxiliar de escritório	0,248	8,5
Diretores, gerentes e cargos políticos	0,191	6,5
Outras profissões com escolaridade de nível superior	0,119	4,1
Profissional da saúde	0,061	2,1
Polícias	0,015	0,5

MERCADO DE TRABALHO (TELETRABALHO)

O trabalho remoto na esfera municipal no país, também foi objeto de levantamento pelo estudo do Ipea e apontou que um pouco mais da metade dos 1,5 milhões de professores no setor público consolidado encontram-se no município (0,838 milhões). Isso corresponde a 71,3% das pessoas em trabalho remoto nas prefeituras nacionais. Os menores percentuais foram observados na área de saúde e segurança pública,

Distribuição das pessoas em trabalho remoto nas prefeituras por ocupação na pandemia de Covid-19 (2020)

Ocupações	Média da pandemia em 2020 (em milhões)	Percentual (%)
Profissional de ensino	0,838	71,3
Demais	0,087	7,4
Outras profissões com escolaridade de nível superior	0,07	6,0
Auxiliar de escritório	0,057	4,9
Diretores, gerentes e cargos políticos	0,045	3,9
Outras profissões com escolaridade de nível superior	0,042	3,6
Profissional da saúde	0,033	2,8
Polícias	0,002	0,2

Fonte: IBGE - Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

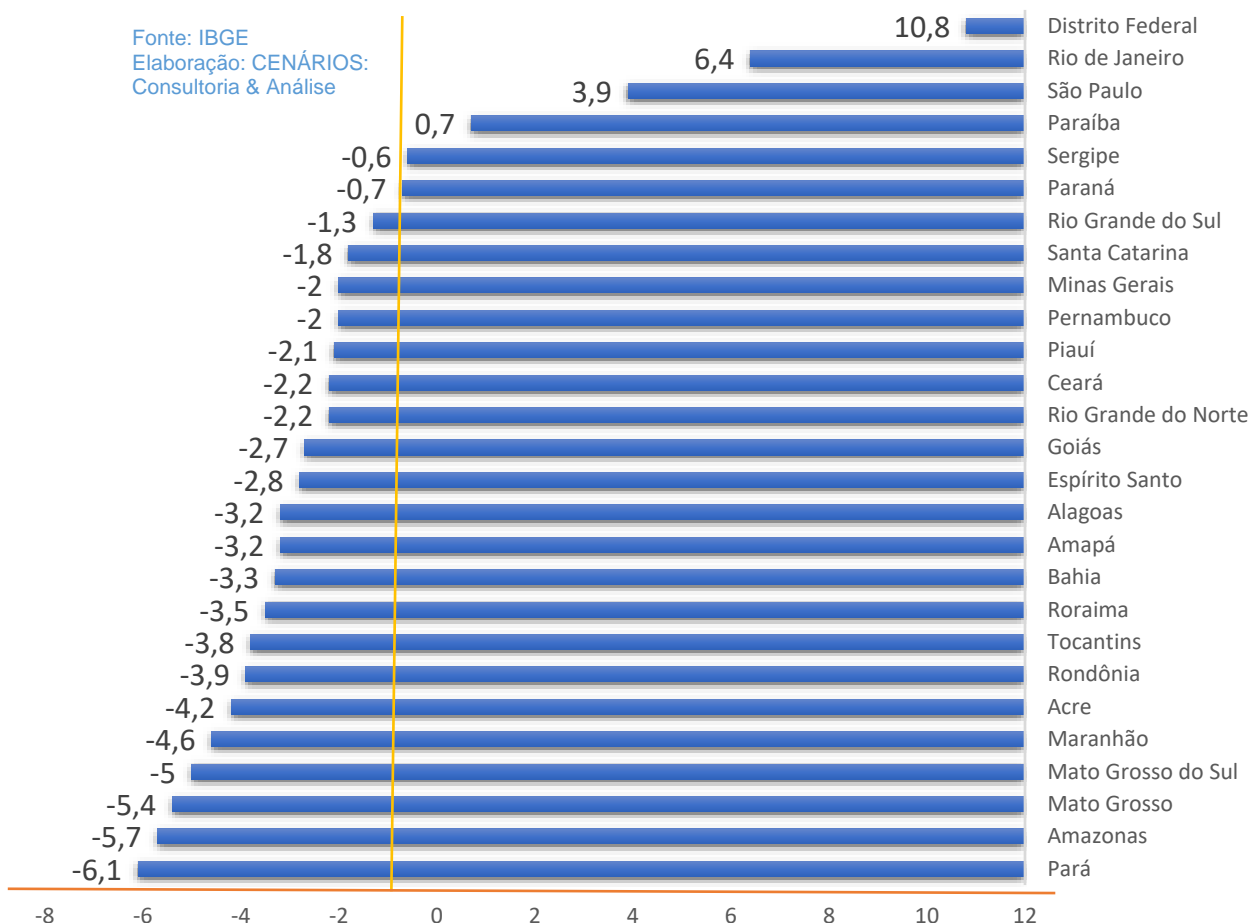
O estudo comparou o percentual de pessoas ocupadas e não afastadas em trabalho remoto de cada UF com a média nacional de novembro (2020). Essa disparidade local fica ainda mais evidente. Por um lado, tem-se Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo com os maiores percentuais de pessoas ocupadas em trabalho remoto. Já os estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso apresentaram os menores percentuais.

MERCADO DE TRABALHO (TELETRABALHO)

Diferença do percentual de pessoas ocupadas exercendo suas atividades de forma remota efetiva de cada estado em relação à média nacional (nov. 2020)

Fonte: IBGE

Elaboração: CENÁRIOS:
Consultoria & Análise



Os resultados do estudo do Ipea apontam que 11% das pessoas ocupadas e não afastadas no país ao longo de 2020 estavam exercendo suas atividades de forma remota. Esses trabalhadores foram majoritariamente compostos por pessoas com escolaridade de nível superior completo. O estudo conclui, que ao distribuir as pessoas trabalhando de forma remota de acordo com a atividade de trabalho, quando no setor privado, nota-se forte participação do setor de serviços, educação e comunicação. Por sua vez, quando analisado o percentual de pessoas ocupadas em cada atividade que está em home office, tem-se que 51% das pessoas na atividade de educação privada está em trabalho remoto, 38,8% no caso do setor financeiro e 34,7% na atividade de comunicação

Esses trabalhadores foram responsáveis por 17,4% da massa de rendimentos efetivamente recebida pelas pessoas ocupadas em novembro. Adicionalmente, o perfil das pessoas em trabalho remoto segue predominantemente composto por pessoas brancas, do gênero feminino, com idade entre 30 e 39 anos, na região Sudeste, com escolaridade de nível superior completo, no setor formal e atividade de serviços. Quanto à distribuição regional do trabalho remoto, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo continuam com os maiores percentuais. Ao mesmo tempo, Minas Gerais e Pernambuco foram os estados que mais subiram no ordenamento. Em contrapartida, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul foram os estados que apresentaram as maiores perdas de posições no ranking.

SEBRAE

EDIÇÃO

Janeiro de 2022

Número 03

BOLETIM DE
INDICADORES
ECONÔMICOS



MERCADO DE TRABALHO

Teletrabalho

Acesse o site

www.sebrae.com.br

Use o leitor de QRcode de seu
smartphone neste QRcode



Sebrae no Amapá

CENÁRIOS: Consultoria & Análise
"Mais informação! mais conhecimento!"



Adrimauro Gemaque

+55 (96) 99134-8133

adrimaurosg@gmail.com



0800 570 0800



+55 800 570 0800



<https://www.sebrae.com.br>